



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. 54 (cinquenta e quatro); achando-se ausentes os Senhores Deputados Nelson Buffara, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves e Romero Filho. 4 (quatro).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números 183, 184, 185 e 186/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

36/79: Do Senhor Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que autoriza a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o número 7.170. — Agradeça-se.

04/79. Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que cria no Município de Terra Rica, o Distrito de Ademar de Barros, cuja sede e divisas específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.171. — Agradeça-se.

64/78: Do Senhor Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de Carbonera, cuja sede e divisas específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.172. — Agradeça-se.

15/79: Do Poder Executivo, encaminhando o anteprojeto de Lei no qual solicita autorização para revogar doação de área de terras, situada no Município de Cambé, e que era destinada à construção de prédio para um grupo escolar, o qual convertido em Lei tomou o número 7.173. — Agradeça-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de

profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO KRAUSE, Diretor da Sociedade Recreativa Tanguá de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. RAFAEL DRABIK, ex-funcionário municipal de General Carneiro, homem que sempre se destacou em serviços comunitários visando o bem comum.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, aos cuidados do Senhor ANTÔNIO COSTA, Digníssimo Senhor Prefeito Municipal daquele Município.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na ata dos trabalhos do dia de hoje, de voto de pesar pelo falecimento, no último dia 05, em Foz do Iguaçu, do Senhor BALDUINO WANDSCHEER.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do passamento do pioneiro iguaçuense BALDUINO WANDSCHEER. Homem de grandes feitos em Foz do Iguaçu, por certo terá a sua imagem lembrada na história do município, pois em sua vida pública BALDUINO WANDSCHEER foi Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito Municipal, Presidente da Associação Rural, fundador do Sindicato Rural, do qual ocupava na data de sua morte a vice-presidência, além de ter desenvolvido atividades políticas constantes, sendo um ativo participante partidário.

BALDUINO WANDSCHEER, hoje não mais em nosso meio, traz-nos profundas lembranças. Foi ele, juntamente com o Sr. Justino Bianco, o mentor do nosso ingresso na vida política, lançando-nos candidato a vereador por Foz do Iguaçu em 1972, acompanhando a nossa escalada política e pública.

Sendo assim, solicitamos a consignação e envio de um voto de pesar à família enlutada, com os respeitosos pêsames.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações a Sua Excelência Reverendíssima DOM DOMINGOS GABRIEL WISNIEWSKI, pela sua posse como Bispo da Diocese de Cornélio Procopio, ocorrida dia 5 último do corrente mês.

Sua Excelência Reverendíssima que sai desta Capital para Cornélio Procopio tem uma extraordinária folha de serviço prestados à Igreja, tendo sido designado na Arquidiocese de Curitiba encarregado das Paróquias do interior da Pastoral Vocacional e da Ação Social do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência ao novo Bispo e ao Vigário Geral da Paróquia Cristo Rei, Padre

JOSÉ WALTER, ambos em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, depois de ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes solicitando providências no sentido de ser pavimentada a rodovia que liga o Município de Alvorada do Sul ao de Primeiro de Maio, no Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Alvorada do Sul e Primeiro de Maio são produtores de café, soja, trigo e outras espécies de lavoura. Em face disso a comercialização desses produtos, com o conseqüente transporte, tem sido dificultado, quer em época da estiagem, ou em dias de chuva. Tratando-se de região eminentemente agrícola, urge a pavimentação asfáltica da aludida estrada para escoamento da produção. Em ambas as cidades existem Cooperativas e, a quase totalidade da sua produção (municipal) é comercializada através das mesmas. A conservação atual da rodovia não é das melhores. É uma reivindicação justa e antiga do povo que ali vivem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio do relatório e das conclusões da Comissão Especial destinada a avaliar a crise da Usina Central de Porecatu, aos Senhores Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro das Minas e Energia, Ministro da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Secretário de Indústria e Comércio, Instituto do Açúcar e do Alcool, Banco do Brasil em Brasília, Banco do Brasil em Curitiba, Prefeito Municipal de Porecatu, Vereadores da Câmara Municipal de Porecatu e, à Direção da Usina Central de Porecatu.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER, seja encaminhada solicitação ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná ITC e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, no sentido de serem agilizadas providências solucionadoras quanto aos problemas possessórios e dominiais existentes nas áreas da GLEBA UM, GLEBA DOIS e GLEBA TRÊS, no Município de Terra Roxa.

A interveniência dos órgãos nominados impõe-se para que seja possível imediata regularização dos problemas, legalizando as áreas sob indefinição documental e dominial.

Requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o presente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

A situação nas áreas das GLEBA UM, DOIS e TRÊS, tem causado inúmeros transtornos aos moradores, na sua grande maioria pequenos produtores rurais, atrasando o desenvolvimento econômico e social e diminuindo o valor patrimonial das pro-

priedades.

Há que se documentar definitiva e legalmente, com urgência, as propriedades envolvidas na problemática existente há mais de 15 anos. Acresce-se, ainda, que mesmo sendo áreas componentes da denominada faixa de fronteira, de atribuição legal exclusiva do INCRA, sabemos estar o ITC prestes a ser investido de habilitação técnica e legal, objetivando compartilhar da esperada solução dominial de tais Glebas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de determinar urgentes providências no sentido de que seja construída nova sede para a Delegacia de Polícia do Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

A medida solicitada se faz necessária devido às péssimas condições em que se encontra a atual sede da Delegacia que a anos vem carecendo de maiores atenções por parte do Executivo, no sentido de uma reforma no prédio e que atualmente talvez não resolva mais.

Urge, portanto, a construção de uma nova sede o que propiciaria maiores condições de trabalho e de segurança à referida Delegacia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador NEY BRAGA e ao Excelentíssimo Senhor SEGISMUNDO MORGENSTERN, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, reiterando os termos de requerimento aprovado por unanimidade em junho de 1979 por esta Casa, solicitando-lhes providências para que sejam reajustados a partir de 1.º de agosto os vencimentos dos Servidores Público do Estado em 30% (trinta por cento), tendo em vista que tanto a taxa oficial de inflação, fornecida pela Fundação Getúlio Vargas (30,4%) quanto a alta do custo de vida (32,01%), acusam desvalorizações insuportáveis para que os Funcionários do Estado possam manter-se condignamente dentro dos mesmos padrões de vencimentos vigentes em 1.º de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Em meados de junho próximo passado, esta Casa aprovou requerimento de autoria deste Deputado, pelo qual se solicitava do Governo do Estado as providências necessárias para um reajuste de vencimentos dos Servidores Públicos Estaduais, tendo em vista o fato de que os índices conhecidos até então da taxa de inflação e da elevação do custo de vida fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas e IPARDES, respectivamente, autorizavam uma projeção superior a 30% para o final do mês de julho de 1979.

Infelizmente, nossos cálculos estavam e estão corretos e até mesmo demonstravam na época, certo otimismo, pois, enquanto a Fundação Getúlio Vargas admite uma inflação de 30,4%, o IPARDES acusa uma alta de 5,66% do custo de vida em julho, num total acumulado de 32,01%, nestes 07 (sete) primeiros meses de 1979.

Esses, os índices oficiais CONFESSADOS, pois, embora reconheçamos credibilidade nesses dois órgãos, fizemos uma pequena pesquisa, baseada no noticiário dos jornais de dezembro de 1978 e depoimentos de comerciantes e consumidores,

bem como relações de preços CIP - SUNAB e CEASA, que acusam os seguintes resultados:

PREÇOS DO VAREJÃO

Artigo	Artigo	02/12/78	05/08/79	Alta
Abacaxi		5,00 a 8,00	13,00	50%
Banana		5,50	12,00	120%
Cebola		2,70	9,00	230%
Laranja Média		5,50	12,00	120%
Tomate Extra AA		5,00	14,00	180%
Ovo Extra Embalado		13,20	21,00	60%

TABELAMENTO DE FLORES

Artigo	02/12/78	07/07/79	Alta
Dz rosa cabo curto	30,00	60,00	100%

TABELAMENTO DE CARNE

Artigo	30/12/78	Acordo de	
		02/07/79	Alta
Mignon	64,50	130,00	100%
Contra-filé	52,50	78,50	50%
Alcatra	51,00	73,00	45%
Coxão-patinho	47,50	73,00	55%
Posta	45,50	72,00	60%
Moída	47,50	73,00	55%
Costela	33,00	40,00	(Não existe à venda).

TABELAMENTO DO PÃO D'ÁGUA

Artigo	12/78	Hoje	Alta
Pão d'água	0,50	1,00	100%

LISTÃO CIP-SUNAB

Artigo	12/78	Hoje	Alta
Queijo	77,30	116,00	60%
Sabonete	3,05	4,20	40%
Salsicha	12,75	17,74	40%
Goiabada	10,20	19,80	95%

CONSUMO DIÁRIO

Artigo	12/78	Hoje	Alta
Azeite	12,90	27,50	110%
Açúcar (5 kg)	28,50	48,50	70%
Manteiga Bat.	10,20	19,40	70%
Café Moído	60,00	120,00	100%

AS MANCHETES DE DEZEMBRO DE 1978 ESTAMPARAM:

Dia 02/12/78 - "Passagens aéreas para São Paulo subirá para Cr\$ 879,00. (Hoje passa de Cr\$ 1.000,00).

Dia 03/12/78 - "Energia Subirá 30% em janeiro" (estão anunciando nova alta).

Dia 10/12/78 - "Conselho Federal de Educação por votação unânime referendou aumento de 38% para Escolas".

Dia 13/12/78 - "Cigarros aumentam 35% a partir de janeiro".

Dia 13/12/78 - "Prefeituras decidirão sobre aumento de táxis" (depois desse, quantos outros?). Isso sem falar numa taxa extra permanente dada aos taxistas como presente de natal.

Dia 15/12/78 - "Dólar sobe para Cr\$ 20,78 na compra e 20,92 para venda (hoje cotado acima de Cr\$ 26,00).

Dia 15/12/78 - "Leite volta a ser vendido com 3% de gordura com preço em Cr\$ 5,20"...

Dia 30/12/78 - "Carne mais cara: Cr\$ 40,00 o trazeiro e Cr\$ 28,00 o dianteiro" (sem comentários...).

O governo precisa ser desnudado, com a apresentação de fatos reais e enfrentar a verdade.

Ora, Senhores Deputados, Senhor Governador e Senhor

Secretário de Recursos Humanos, será necessário melhor argumentação para que se conceda 30% de aumento ao funcionalismo a partir de 1.º de agosto de 1979?

É uma questão de lógica, de direito e de justiça. Haveria de ser um ato voluntário de reconhecimento do governo para com os servidores. Se a sua meta é o homem esta é a oportunidade para prová-lo.

Ao que se comenta na área federal, praticamente está decidido o reajuste quadrimestral ou semestral para os servidores regidos pela CLT. Mas, é de se indagar desde logo, como ficarão os estatutários? - Por acaso são diferentes, uns dos outros?

Vejam Srs. Deputados, o governo está atarantado, perdido, preso ao cipocal que constitui sua obra prima - a confusão e o desrespeito aos cidadãos.

Nossa reivindicação é para ambas as categorias, vez que, servidores públicos dos níveis menores (cinco deles com salários encavalados novamente) não podem pagar nem ao menos a passagem dos coletivos e passam vergonha e humilhação perante seus fornecedores e perante os filhos. Isto revolta e desagrega as famílias.

Vamos admitir a realidade e num gesto de grandeza, de independência de humildade - porque não dizer - e conceder não apenas um patético "abono incorporável aos vencimentos" tristemente lembrado, mas, um reajuste compatível com a desastrosa queda do valor aquisitivo da moeda, que já atinge mais de 30%!

É preciso com urgência e num só ato, que se tomem providências para que o custo de vida não engula a majoração concedida em janeiro, que se dará, INEVITAVELMENTE, se a taxa de 5,66% for repetida em agosto!

Não devemos esquecer que as conseqüências da elevação dos preços do óleo combustível, gasolina e demais derivados do petróleo ainda não foram computados nem pela Fundação Getúlio Vargas e nem pelo IPARDES e seus reflexos somente serão sentidos a partir do corrente mês de agosto...

Afinal tudo está ocorrendo de forma artificial e artificiosa nos cálculos e fórmulas da alquimia dos laboratórios políticos do planalto, com passivo contemplar dos governos estaduais.

O efeito da alta do petróleo pela OPEP, afinal não é tão violento como apresentam os alquimistas do governo, para que o povo e o funcionário público arquem com esses reiterados aumentos lançados sob o título de "Repasse" ao consumidor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Sirvo-me deste para confirmar a Vossa Excelência o convite oficialmente formulado ao Deputado que abaixo assina, pelo Excelentíssimo Senhor Governador da Província de HYOGO - Japão, para conhecer o grau de desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais que ali se verifica, conforme fotocópia de documento anexa.

Além da referida Província, com a qual o Paraná mantém convênio de irmandade, a visita se estenderá a outras regiões do mencionado país, à República Popular da China, à Macau e países europeus, numa viagem de, aproximadamente, 60 dias, a começar em 14 de setembro próximo.

Na oportunidade, paralelamente às observações referentes à economia, este Deputado pretende manter contatos com integrantes de parlamentos, com vistas a análises de aspectos da relevante função representativa.

Em função disso, solicito os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de que, ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa, seja concedida licença para este Deputado desempenhar a referida missão temporária de caráter cultural, nos termos do parágrafo 2.º do art. 11 da Constituição Estadual, processando-se semelhantemente a casos anteriores de mesma natureza.

Colho a oportunidade para renovar meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 109/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

— Partindo do ponto em que o Rio Andrada desemboca no Rio Iguaçu, segue pela margem deste no sentido Oeste-Leste, até a foz do Rio Jacutinga; subindo por este no sentido Sul-Norte, até a sanga Progresso; por esta no sentido Sudoeste-Noroeste, até a sua nascente, daí em linha reta até a nascente de sanga Barra Bonita; descendo por esta no sentido Leste-Oeste, até sua foz no Rio Andrada; descendo pelo Rio Andrada, no sentido Norte-Sul, até a sua desembocadura no Rio Iguaçu, fechando o perímetro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A região do oeste paranaense, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados, quer no setor sócio-econômico, social e cultural.

Com isso, a estrutura administrativa municipal, vem sofrendo mudanças das mais marcantes, ocasionando com que os Executivos Municipais se adaptem e proporcionem condições para que esse progresso que ali está sendo gerado, não sofra solução de continuidade.

Esta é a situação que vem ocorrendo no Município de Capitão Leônidas Marques, e principalmente, na localidade de Alto Alegre.

A documentação anexada ao presente, dizem da necessidade deste Poder Legislativo, atender às justas reivindicações daquela laboriosa população da rica região sudoeste paranaense.

É o plano de lei que ora propomos.

PROJETO DE LEI N.º 110/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Gratificação de Produtividade de que trata o Art. 3.º da Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1970, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, será paga aos integrantes da carreira de Toxicologista, do Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil, na forma estabelecida para os Engenheiros Químicos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Dos integrantes da carreira de Toxicologista, de que trata este Projeto, exige-se que sejam portadores de diploma de Engenheiro Químico ou de Farmacêutico.

Profissionais de nível superior que são, os Toxicologistas, contudo, não se incluem entre os contemplados com a Gratificação de Produtividade atribuída aos demais portadores de diploma de curso superior.

Fica esclarecido, assim, o propósito deste projeto de suprir uma omissão injusta e discriminatória.

PROJETO DE LEI N.º 111/79

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa, de caráter filantrópico, tem como objetivo a recuperação de pessoas viciadas em tóxicos, alcoolismo e vítimas da prostituição.

É o fundamento da apresentação deste projeto de lei.

Fundada em 23 de outubro de 1978, vêem a entidade desenvolvendo um trabalho meritório para a reintegração à sociedade de pessoas viciadas.

Dentro dos objetivos apresentados através da Ata que registrou a primeira Assembléia de instalação, através dos estatutos que regem a sociedade, e através dos resultados já obtidos, a Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa, apresenta-se, nesta Casa de Leis, como uma entidade lutadora por salvar tantos e tantos que se entregaram e se entregam ao vício.

Na sociedade de hoje, os jovens envolvidos por tóxicos, têm-se constituído numa preocupação constante para com seus responsáveis, e o trabalho que desenvolve a entidade mencionada, é digna de todo o apoio dos representantes do povo nesta Assembléia Legislativa.

Diante do exposto acima, temos a certeza de contar com os nobres Deputados Estaduais, para aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N.º 112/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o MOVIMENTO DE BEM-ESTAR SOCIAL - MOBES, com sede na cidade de Conselheiro Mairinck.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Conselheiro Mairinck. A assistência às famílias pobres e às crianças desamparadas, visando lhes proporcionar meios de se elevarem socialmente, por meio de melhores padrões de saúde, de educação e de trabalho, está se tornando, dia a dia, um membro indispensável no corpo daquele município.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 113/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Diocesana de Assistência Rural - ADAR, de Maringá, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, - ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ASSISTÊNCIA RURAL, sediada em Maringá, à Rua Camões n.º 267, é uma sociedade civil, de caráter beneficente, sem fins lucrativos, e com duração indeterminada.

Tem como fins:

a) assistir aos trabalhadores em geral, rurais e urbanos, especialmente os pequenos sítiantes, porcenteiros, meeiros, colonos, peões, operários, proporcionando-lhes assistência social, educacional, formação técnica, cívica e moral;

b) proporcionar cursos de higiene, puericultura, assistência à maternidade, prevenção contra doenças, corte e costura, bordados, economia-doméstica, etc.;

c) estimular o cooperativismo e o sindicalismo;

d) promover cursos de orientação vocacional;

e) prestar colaboração aos poderes públicos em campanhas que visem o aperfeiçoamento educacional e técnico dos trabalhadores.

A Associação Diocesana de Assistência Rural encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). - Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Nicanor Silvério, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel.

Bem como do Sr. Antônio Medeiros, ex-Vereador e líder da política do Município de São Miguel do Iguaçu.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem já adiantei a alguns jornalistas aqui da Casa, as medidas que deveriam ser implantadas, para amparar melhor a cafeicultura do nosso Estado. E hoje, quero encaminhar a Vossa Excelência Senhor Presidente, um requerimento, vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Instituto Brasileiro do Café, ao Ministério de Indústria e Comércio, Ministérios da Agricultura e da Fazenda, solicitando a antecipação do preço garantia previsto para janeiro de 1980 para 1.º de setembro próximo.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Diante das manifestações que temos recebido do Senado Federal, através dos Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio e da Fazenda, voltamos a discutir o problema dos preços do café, praticados pelo Governo Federal no mercado interno, através do Instituto Brasileiro do Café.

O que existe, na realidade, é a continuação de uma política, em que o Governo vê no café o principal instrumento de financiamento de seus programas de industrialização, quer dizer, o Governo extrai renda do setor primário para financiar o crescimento urbano.

Por isso, os agricultores da área da cafeicultura e a opinião pública do Paraná, reivindicam do Governo um preço mais realista para o café, atendida a realidade inflacionária de nossos dias.

Louvado em informações colhidas inclusive junto a órgãos de classe da economia cafeeira, entendo que o Instituto Brasileiro do Café - IBC, deve antecipar o preço de garantia previs-

to para janeiro de 1980 para 1.º de setembro próximo. Esse preço bruto é de Cr\$ 3.800,00, mas com os descontos de ICM, no montante de Cr\$ 532,00, chega a Cr\$ 3.268,00 por saca, que é o preço final e atual para o café de tipo 06, padrão de compra pelo IBC.

De outro lado, o preço pedido é a resultante da conversão da cotação atual no mercado externo, menos a cota de contribuição ou confisco.

Na realidade, Senhores, se o Governo persistir em discriminar o café, impondo preços internos irreais e uma elevada taxa de confisco cambial, o que ocorrerá é o abandono da cafeicultura por parte dos produtores agrícolas.

Hoje existem alternativas agrícolas que deixam maior renda, embora o café seja a cultura de maior interesse para o País e o nosso Estado, pelo seu peso na formação de divisas."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos a tribuna, na tarde de hoje, para registrar, com muita satisfação e alegria, a inauguração que vai acontecer, às 16,30 horas, do Instituto Politécnico Estadual, em sua nova sede localizada no bairro do Boqueirão.

E nós que representamos, nesta Casa, parte da população de Curitiba, e em especial do Boqueirão, queremos dizer que o povo daquele setor de Curitiba está realmente satisfeito com esse acontecimento que vai contar, inclusive, com a presença de Sua Excelência o Governador do Estado. Graças à ação conjunta do Ministério da Educação e Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura e da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, o Instituto Politécnico Estadual teve a sua sede própria construída no bairro do Boqueirão, à rua Frederico Maurer esquina com a Professor José Maurício Higgins. É uma nova etapa que se abre na existência do Instituto, que foi fundado em 1943, agora em sede própria, com um potencial de um mil e duzentas vagas por turno: manhã, tarde e noite, a partir de 1980, formação de técnicos, de nível médio vai também proporcionar base de cultura que permitirá, ao educando, integrar-se na comunidade, participando do trabalho produtivo, ou prosseguir estudos de nível superior.

Todos os cursos ofertados pelo estabelecimento, que pertence ao conjunto das unidades de ensino do segundo grau mantidas pela Secretaria de Estado da Educação, duram quatro anos, mas no terceiro ano o educando já recebe o certificado de conclusão do segundo grau. O quarto ano é destinado ao estágio obrigatório, quando o estudante recebe indispensável treinamento para o exercício das funções técnicas.

O plano de funcionamento e desenvolvimento, a duração, os currículos, a interdependência, ordenado das disciplinas, as condições de matrícula, a carga horária semanal e tudo o que diz respeito aos cursos, obedece ao prescrito em lei e às normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Estado da Educação, buscando-se manter elevado o nível de qualidade de ensino, o que será favorecido agora, pelo padrão adequado das novas instalações.

Na realização da obra, foram investidos recursos que ultrapassam a casa dos 13 milhões de cruzeiros, provenientes do Fundo de Participação dos Estados e do Ministério da Educação e Cultura e administrados pela FUNDEPAR.

Abrangendo área edificada de três mil e quinhentos metros quadrados, a nova sede do Instituto Politécnico Estadual coloca à disposição dos alunos nove salas comuns, além de outras destinadas às aulas práticas, e ambientes específicos e especiais.

É, na verdade, uma grande obra que vai ser, hoje inaugurada, pelo Governo do Estado, no bairro do Boqueirão.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, devidamente inscrito.

O SR. FIORI LUIZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando à Mesa, três requerimentos.

O primeiro, ao Dr. Ernesto Valente Goubert, Diretor Presidente da Paranatur. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER à Vossa Excelência, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ernesto Valente Goubert, Diretor-Presidente da PARANATUR-Empresa Paranaense de Turismo, no sentido de que, suas atenções sejam voltadas também para a Cidade de Londrina, sempre esquecida em termos de turismo.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Londrina, 400.000 habitantes, uma das principais cidades da região Sul do País, está praticamente afastada do roteiro turístico, estabelecido pela PARANATUR. Até hoje, nada foi feito por Londrina. Recentemente, foi realizado em Curitiba, um curso para motoristas de táxi e, na ocasião, foi apresentado um mapa confeccionado pela PARANATUR com os pontos turísticos do Estado. Constavam as Cidades de Curitiba, Paranaguá, Fóz do Iguaçu, Ponta Grossa, Maringá e Guapuva; menos Londrina. Nós cartazes e posters, nunca apareceu uma imagem de Londrina. Oswaldo Militão, Presidente da AMETUR - Londrina, tem várias idéias e sugestões, porém Londrina nunca foi visitada pelos diretores da empresa. Segundo o Presidente da AMETUR - Londrina, é preciso incrementar o turismo em Londrina, dentro dos planos viáveis e econômicos. Mas é necessário a participação da PARANATUR; verbas existem, haja visto o "projeto de contenção da erosão e recuperação da praia de Caiobá, num total de Cr\$... 20.014.300,00, segundo o Diário Oficial do último dia 03.

Estaria faltando, portanto, uma abertura no leque de entendimentos.

O outro requerimento, endereçado ao Presidente da Câmara Federal em Brasília, solicitando urgência na aprovação do projeto de lei que estabelece o receituário agrônomo para venda de herbicidas, fungicidas e inseticidas. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal em Brasília, solicitando urgência na aprovação do projeto de lei que estabelece o RECEITUÁRIO AGRONÔMICO para a venda de inseticidas, herbicidas e fungicidas.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

No Rio Grande do Sul, foi estabelecido a nível estadual, um pacto entre o Conselho Agropecuário, Secretaria da Agricultura e Associação dos Agrônomos, visando disciplinar a venda de inseticidas, herbicidas e fungicidas, através do RECEITUÁRIO AGRONÔMICO.

O Deputado Estadual Aldo Pinto, do Rio Grande do Sul, informou que a medida, enquanto vigorou, alcançou o objetivo, tanto é, que a comercialização dos referidos produtos, caiu em quase quarenta por cento. Porém, as pressões das empresas multinacionais, influíram até no Departamento de Defesa Sanitária, do Ministério da Agricultura e o acordo não foi cumprido.

Agora, o projeto tramita pelo Congresso Nacional, mas de forma morosa, já que não há interesse por parte das multinacionais

Em nome da agricultura do Paraná, fazemos apelo aos

nobres Pares da Câmara Federal, no sentido de agilizar a tramitação do projeto que cria o RECEITUÁRIO ECONÔMICO, cujo interesse, é reivindicado também pelos agrônomos paranaenses."

O outro requerimento, dirigido ao Sr. Ministro César Cals, das Minas e Energia, no seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor César Cals, Ministro das Minas e Energia, solicitando em nome dos proprietários de veículos motorizados, a não oficialização da medida, em forma de sugestão, que impede o emplacamento de carros com dez anos de uso.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Segundo noticiário dos jornais, os carros com mais de dez anos não podem mais ser emplacados, segundo o Ministro das Minas e Energia, César Cals. Esta seria uma das medidas a serem adotadas visando a economia de combustível.

Dentre os "pacotes" de medidas, visando economizar gasolina, esta seria, sem dúvida, a mais drástica, pois o Governo precisa entender que o veículo não é artigo de luxo e sim de trabalho.

O não emplacamento dos carros com mais de dez anos geraria um problema de graves proporções, pois os mesmos não teriam mais utilidade. O que é bom para os Estados Unidos não pode ser aplicado aqui no Brasil, dada a diferenciação social e econômica. Fica o nosso apelo ao Ministro César Cals, em nome dos proprietários de veículos, que seriam atingidos, caso se concretize tal medida.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos, cópia da Mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, onde solicita abertura de crédito especial de oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros, a título de cobrir dispêndios com o pessoal, no corrente exercício.

Estranhamente, Sr. Presidente, na exposição de motivos, Sua Excelência nem de longe fala na reestruturação dos Quadros de Pessoal do Poder Legislativo, vale dizer, desta Assembléia Legislativa, e nem da possibilidade de concessão imediata de um aumento de vencimentos aos servidores públicos do Estado, limitando-se apenas em discorrer sobre as leis que foram editadas a título de promover despesas que teriam sido herdadas da administração anterior. Mas, sobre o assunto, falaremos provavelmente amanhã ou depois, desta tribuna.

O que queremos dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a nossa atenção está voltada especificamente no combate da demagogia imposta pelo Governo Federal a toda a Nação brasileira, buscando em aparatos e em vídeos de televisão, dizer a todo o custo que a alta no custo de vida tem sido aquela apregoada pelo Governo. E lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação inteira sabe que o Governo está laborando falsamente, porque todos nós sabemos que nesses últimos sete meses há produtos que subiram mais de cem por cento.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, e encareço à Mesa para ser apreciado por esse douto Plenário, um requerimento pedindo ao Governo do Estado, Secretário de Recursos Humanos, a reiteração de termos em requerimento que nós já fizemos aqui antes do pequeno recesso, quando aludíamos que era urgente a necessidade de se alterar, de se majorar os níveis de vencimento do funcionalismo público estadual.

Veja, Sr. Presidente, que a esta altura mais de trinta e dois por cento de inflação nos sete meses que já decorreram e isto faz parte de uma estrutura de nível nacional e que vem sendo sistematicamente seguida por todos os prepostos estaduais, por todos os governadores estaduais. E é neste sentido, Sr. Presidente, que dizíamos nós, em meados do mês de junho, esta Casa aprovou requerimento de nossa autoria, onde solicitava ao Governo providências para o reajustamento dos vencimentos dos Servidores do Paraná. Isto tendo em vista que os índices então reconhecidos subiam, a taxa elevada e que esta elevação do custo de vida fornecida hoje pela Fundação Getúlio Vargas e pelo IPARDES, respectivamente, autorizavam uma projeção superior a trinta por cento conforme nós declinamos aqui desta tribuna.

Lamentavelmente, os nossos cálculos estavam corretos e até mesmo demonstravam, na época, certo otimismo, porque enquanto a Fundação Getúlio Vargas admite uma inflação de 30,4% o IPARDES está hoje fixando uma alta de 5,66% no custo de vida do mês de julho. Isto equivale a dizer, superior a trinta por cento no final destes sete meses.

E aí está, Sr. Presidente, esses índices oficiais confessados pelo Governo. Embora reconheçamos credibilidade nos dois organismos, fizemos uma pequena pesquisa baseada nos noticiários de jornais de dezembro de 1978 e com alguns depoimentos de comerciantes e de consumidores, com realção aos preços tabelados pelas CIP-SUNAB e pela CEASA, que acusam os resultados seguintes: abacaxi, banana, cebola, laranja, tomate e ovo extra embalado, em média de 5,5% no mês de dezembro, passaram em média a doze por cento até o dia 5 do mês corrente. Flores - cem por cento.

Para concluir, Sr. Presidente, o pão que é um artigo de primeira necessidade, o leite, subiram aproximadamente cem por cento, principalmente o pão, Sr. Presidente.

Lamentavelmente, não terei condições de concluir nesse Expediente. Mas quero voltar amanhã, nesta tribuna, para prosseguir neste pronunciamento, Sr. Presidente. Agora encaminho à Mesa um requerimento para ser considerado pelo Plenário e ser remetido às autoridades consignadas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com pesar que comunicamos o falecimento do Sr. Edy Rached, cunhado do nosso companheiro, Deputado Fuad Nacli.

O seu sepultamento será no dia de hoje, às 16,00 horas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz hoje à tribuna, é um agradecimento ao Deputado David Cheriegate, como todos os nobres companheiros têm conhecimento, de que no mês de junho compareci a esta tribuna, no Grande Expediente, para discorrer sobre a criação de uma área de livre comércio para produtos brasileiros no Município de Foz do Iguaçu, quando há meses atrás, já o Sr. Deputado Federal Paulo Marques falava, da Câmara Federal, da criação de uma zona franca. Entretanto, a zona franca a nosso ver, não seria viável porque estávamos incrementando, cada vez mais, os produtos internacionais, no nosso comércio brasileiro.

Criamos este modelo próprio de uma idéia dos empresários de Foz do Iguaçu, quando tivemos a oportunidade de transformá-lo em um requerimento e projeto de sugestão a Sua Excelência o Presidente João Figueiredo e a todos os Ministros da área competente.

Envaidece-nos assistir e ler, através da imprensa da nossa região, o Deputado David Cheriegate, apoiando o nosso projeto e pedindo uma extensão maior para o mesmo, apesar deste Deputado que vos fala, autor do referido requerimento, ter caído no anonimato. Mas, queremos dizer que a semente está

lançada, que os Srs. Deputados, companheiros das duas bancadas, MDB e ARENA, nos apoiaram por unanimidade, nos apartando e incentivando que esta idéia é um modelo próprio, criado e gerado em Foz do Iguaçu, seria exatamente, em compensação, ao esvaziamento que traz temor a toda a população e aos dirigentes do meu Município de Foz do Iguaçu, e do Oeste paranaense.

Meus agradecimentos aos Srs. Deputados, meus agradecimentos ao Deputado Cheriegate que diariamente tem falado inclusive em uma reunião de empresários de Cascavel.

Nós, que percorremos neste mês toda a nossa região, especialmente, o nosso Município de São Miguel do Iguaçu, tivemos a oportunidade de conversar com a sua população, que me fez o segundo Deputado mais votado naquele município, do apoio que continua cada vez mais forte, em favor do nosso trabalho, da nossa luta, em benefício do Oeste e em especialmente, daqueles municípios onde fui votado. Que sempre continuarei respeitando as regiões dos demais Srs. Parlamentares, e procurando dentro do pouco espaço de tempo e da nossa pequena capacidade, atender os municípios que me trouzeram a esta Casa, condignamente, representando o seu povo perante o Governo do Estado, e mais especialmente, neste Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos é exatamente o respeito mútuo entre os Parlamentares do nosso partido e da oposição, quando até mesmo os Parlamentares do MDB têm respeitado as nossas áreas e têm procurado participar do desenvolvimento dos seus municípios, através de seus diretores que os elegeram; e nunca, jamais procurando influenciar a nossa parte, que significa o lado governamental, o Partido da ARENA, que representamos neste Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado por mais esta oportunidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar um requerimento, solicitando interveniência do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o ITC e do próprio INCRA, da situação em que se encontram várias áreas, principalmente três glebas do Município de Terra Roxa; pois, na última semana, quando lá estive, pessoalmente, deu para sentir o drama em que vivem aproximadamente oitocentos pequenos proprietários rurais, possuidores de direitos possessórios que ao longo dos anos estão aguardando uma definição nominal daquelas áreas.

Sr. Presidente, este requerimento, além de oportuno, porque Terra Roxa se prepara para a cooperativa de produção de mandioca, além de outras produções existentes, nós encontramos lá quase oito centenas de pequenos agricultores que até hoje não possuem escritura pública definitiva, com a situação domínial intranquila e incerta e somente o INCRA poderia atuar nesta área, porque se trata de área de faixa de fronteira.

No entanto, Sr. Presidente, bem sabemos que o próprio ITC vem mantendo entendimentos para a elaboração de um convênio com o objetivo de, no Estado do Paraná, este Instituto agilizar esta problemática agrária.

Por esta razão, Sr. Presidente, solicitamos que esta Casa apoie este requerimento, para que o INCRA e o ITC, no momento em que tivermos possibilidade de termos a atuação do ITC e do INCRA nos problemas agrários do Paraná, com definição, haja prioridade para estes problemas do Oeste do Paraná, como no caso específico de Terra Roxa, com quase oitocentas propriedades sem definição domínial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Percorremos durante o recesso parlamentar a vasta região do Vale do Piquirivai e pudemos sentir de perto os grandes anseios e aspirações do povo que lá habita, muito embora notássemos também que existe no mesmo, um clima de apreensão e perplexidade com relação a tão falada reforma partidária e com os grandes problemas que afetam hoje todo o povo brasileiro, entretanto, sentimos e pudemos constatar que existe um consenso unânime em torno da permanência do nosso glorioso Movimento Democrático Brasileiro, e por mais confusão que se faça, por mais propaganda que o Governo imponha através dos meios de comunicação, sentimos que isto, contrariamente do que esperava o Governo, aguça mais a vontade do povo para que tenhamos neste País, uma verdadeira democracia.

Mas, vamos aqui analisar a falsa imagem deste Governo, que em apenas quatro meses e meio de mandato, já mudou três vezes de prioridades suas metas governamentais, pois sua primeira, seria a agricultura e nós achamos também, que esta é primordial e de fundamental importância, a segunda seria o combate à inflação e a terceira seria o problema energético.

Examinaremos parte, da primeira meta governista, que é a agricultura, a qual vive momentos angustiantes e em vez de estar dirigida para sanar os problemas da FOME do povo brasileiro, está cada vez mais, dirigida para salvaguardar os interesses do capitalismo imperialista expoliador, que tem na exportação o seu grande interesse econômico, interesses que vão desde a fabricação dos tratores e implementos agrícolas até a comercialização de insumos e sementes, impondo ao mercado consumidor os preços que são um verdadeiro assalto.

Está na hora de nossa agricultura voltar-se para o mercado interno, produzindo mais arroz, feijão, trigo e outros produtos que irão amenizar a FOME de muitos brasileiros e não uma agricultura voltada para os interesses das multinacionais e do capitalismo expoliador, que se beneficia com as exportações, como é o caso do soja entre outros produtos.

Está na hora de se voltar para a agricultura clamante por financiamentos desburocratizados e de fácil acesso ao pequeno produtor rural e não com os embarços atuais, para que não consiga as verbas para plantar pelo menos, para sua própria subsistência.

E se analisarmos no todo iremos sentir de que o Brasil, que é uma Nação, decantada em prosa e em versos, “essencialmente agrícola”, está atrelada aos interesses capitalistas, e hoje se obriga a importar milho, feijão, arroz, carne e tantos outros produtos que poderia produzir, representando isto, uma “verdadeira vergonha nacional” pela incapacidade do Ministério da Agricultura.

Mas vejamos, Senhores Deputados, o porque da perplexidade e da apreensão de nossos agricultores, estes sugados que foram sob todos os aspectos quando da compra de tratores, implementos agrícolas, adubos, inseticidas, herbicidas, sem contar com uma estiagem e uma geada, vendeu a sua safra de milho a Cr\$ 120,00 a saca de 60 kilos e hoje quando vai à procura de semente para plantar a safra de 80, terá que pagar inexoravelmente a Cr\$ 700,00 pela mesma saca, no caso do soja a história se repete, pois ele vendeu por Cr\$ 300,00 e pagará pela mesma semente Cr\$ 600,00, semente esta por ele mesmo produzida, pagará por uma tonelada de adubo que custava Cr\$ 4.200,00, Cr\$ 8.100,00 isto é, quase o dobro, para o herbicida que pagou Cr\$ 114,00 irá pagar Cr\$ 160,00 o litro, e o óleo diesel que pagava Cr\$ 4,10 o litro já está pagando Cr\$ 8,70, um preço sem dúvida, que representa um verdadeiro roubo à agricultura brasileira, já esfacelada pela seca e pelas geadas.

Acresça-se a tudo o que foi dito a taxaço do Fundo Rural, em contrapartida a falta de benefícios fornecidos à laboriosa classe agrícola de nosso País.

Diga-se também que a lei da oferta e da procura só funciona na agricultura, na venda dos produtos agrícolas pelos produtores rurais, jamais funcionando quando os mesmos necessitam de comprar alguma coisa para seu consumo ou para a sua produção.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que afirmar, que Governo é este? Que propaga pacotes e sacos agrícolas e até a presente data não saiu da propaganda oficial, estando aí a agiotagem praticada pelos bancos, inclusive os oficiais, bancos esses que até a presente data não receberam instruções ou ordens para financiar a safra de 80.

Há necessidade premente e urgente que este Governo volte à realidade e não fique a tapar “o sol com a peneira”, é preciso que haja consciência de nossa soberania nacional e chega de entreguismo e compromissos com o capitalismo imperialista.

Chega de sacrificar milhões de brasileiros que lavram a terra e que são o sustentáculo de nossa Nação, para favorecer aqueles que só vem aqui a buscar as nossas riquezas, deixando o nosso País cada vez mais empobrecido e endividado.

Chega de entregar a Amazônia para ser espoliada pelas multinacionais que estão a levar as riquezas que pertencem ao povo brasileiro, no setor de mineração, madeiras, agricultura e outras.

Vejamos a assertiva de nossas afirmações, segundo o professor Warwuk Kerr, que nos conta quem explora a mineração na Amazônia, formando novos “JARIS”: a Empresa Brasileira Icomi que associou-se a Bethlen Steel que detem quarenta e nove por cento do capital social; a Mineração Rocha, que está ligada ao grupo holandês Royal Dutch Shell; a MIBRASA - Minerações Brasileiras S/A, que trabalha associada a W.R. Grace e Cia., empresa norte americana; a Amazônia Mineração S/A, associada a United States Steel Corporation; a Albrás Alumínio do Brasil, associada a um grupo japonês explorando a bauxita no Rio Trombetas, além da Royal Dutch que explora o manganês.

No caso da madeira a história confirma a mesma situação, se não vejamos: Eidai Co. a maior empresa japonesa de compensados, possui na Amazônia 50.000 hectares; a Bruynzeel, empresa norte americana, mais de 50.000 hectares, sendo associado da Bethlen Steel, através da Icomi; Jari Florestal e Agropecuária possui 400.000 hectares, reconhecidos oficialmente e reivindica a posse de mais de 1.500.000 hectares no Estado do Pará e no Território do Amapá; Georgia Pacific Corporation com duas propriedades, sendo que uma delas com cerca de 300.000 hectares.

Mas, o que nos assusta é o chamado “projeto JARI” que pertence ao Grupo Ludwig, que ocupa uma área superior a muitos países europeus, entregue sem consulta ao povo brasileiro, onde quem lá trabalha passa por um processo de lavagem cerebral impercebível, ganhando aparentemente bem, com lojas, parques, centros de lazer em plena selva, o que demonstra que estão sendo preparados para aceitar as imposições da “mãe dádiosa”, isto é, a troca da miséria, pelo pão e lazer, para defender a invasora e se transformarem de “soldados da borracha” em “soldados Ludwigs”, ricos em silicose, verminose, tuberculose e outras doenças.

O Brasil não pode desconhecer a invasão de seu território e seria para nós covardia silenciar sobre o entreguismo que se faz atualmente neste País, quando milhões de brasileiros sem terra, passam fome, dormem mal, vestem-se miseravelmente, não têm segurança para a sua tranquilidade e não recebem instrução adequada.

O que ocorre neste País atualmente é “um crime de lesa Pátria” onde estão a entregar tudo aos Ludwigs e Rokfellers,

em detrimento do povo brasileiro, sem terra, sem pão e sem esperanças.

O Governo tem que tomar cuidado com os rumos que está dando ao capitalismo brasileiro ou ele criará uma situação insustentável num futuro bastante próximo, já é hora do Governo definir definitivamente suas prioridades e seu modelo econômico, e que terá que ser um modelo econômico preocupado com a "JUSTIÇA SOCIAL" onde o mesmo deverá dizer que veio e para onde vai conduzir os destinos do povo brasileiro, sacrificado desde 1964.

Nos quinze anos de ditadura se sacrificou a classe assalariada brasileira e protegeu-se as multinacionais e uma elite a elas ligadas, dando a mesma desde os ministérios até as empresas chamadas estatais, estão aí os Simonsens, os Delfins, os Uekis para provar o que afirmamos, e ao povo somente restou a desesperança como consolo, a insegurança como prêmio e a falta de associativismo como meio de sua não organização, tomou-se os seus sindicatos, fez-se a troca dos líderes autênticos por "pelegos" representantes de um sistema espoliador que até hoje perdura, com raras exceções.

Estamos aqui hoje, para uma definição consciente, "ou seremos servos do Poder, ou seremos paladinos da verdadeira democracia".

O Sr. Fiori Luiz — Um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Estamos acompanhando atentamente essas suas colocações com relação a situação de entreguismo que se oficializou neste País, e nesta relação daqueles que estão entregando neste País pouco a pouco aos grupos estrangeiros, e entendam-se aos grupos norte americanos, que estão como gafanhotos, como esse filme que está passando, "O Enxame". A perdurar esse estado de coisas, dentro de cinco anos o Brasil não terá mais nada nosso, e entre os entreguistas, os jornais, inclusive o jornal "Movimento" divulgou uma relação, entre os quais Shigeaki Ueki, Golbery do Couto e Silva, o intelectual de todo, Delfin Neto, Mário Andreazza, Simonsen, Heitor Aquino, Juracy Magalhães, Mário Carneiro, outro entreguista, Antônio Galotti, Roberto Campos e a relação vai. São os verdadeiros homens que estão dando de bandeja esse País aos grupos estrangeiros e, em especial, a grupos norte americanos.

Mais do que nunca, o Brasil se transformou, efetivamente, num quintal dos norte americanos. Tomando posse, como se fosse uma casa, onde eles entrassem, abrissem a geladeira, almocassem, jantassem e usassem a residência para outras realizações.

Então, realmente é preciso levantar e esse Poder, tem a obrigação, os Deputados, de alertar, de levantar a voz, porque o que resta ainda ao tribuno, é a garganta forte, e enquanto não cortarem a garganta do Parlamentar, o Parlamentar deve gritar, deve expor os problemas, porque a grande imprensa não divulga.

Hoje você assiste o Jornal Nacional, noticiário completamente desvirtuado. Tudo é bonito, tudo é colorido se ver na televisão, mas a situação é preta e branca. Mais preta do que branca. Hoje é a novela das oito. Cajarana e Ana Preta. O Brasil pára para ver. Os jornais não divulgam nada, apenas as eleições alternativas, como o Movimento, Versus, Em tempo, e outros, é que trazem estas barbaridades desses verdadeiros entreguistas do País.

É preciso transformar este Brasil, nobre Deputado, num País para brasileiros, nem que para isso se tenha que fechar as fronteiras e se fazer uma revolução armada neste País, para que em cima do sangue de culpados e inocentes, possamos erguer uma Nação forte, independente e democrática, voltada para os direitos do trabalhador.

Esse dia não está muito longe não, e vai chegar o dia do paredão, neste País, se Deus quiser.

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o aparte

do eminente Deputado que veio dar um colorido todo especial a este despretencioso pronunciamento deste humilde Deputado que se encontra na tribuna.

Mas, prossigo, Senhor Presidente: (Continua lendo):

"Os que preferirem as malhas do Governo poderão assumir, agora com toda a clareza a responsabilidade do papel de políticos orgânicos da sociedade burguesa nacional, que até hoje predominou dentro da Nação brasileira, os que preferirem a libertação do homem e a libertação nacional, poderão vir conosco a travar o combate que associa o fim da ditadura iniciada em 1964, e a construção de uma nova sociedade brasileira, onde com toda a clareza e responsabilidade instauraremos uma verdadeira democracia, impulsionada pelas mais organizadas classes trabalhadoras que estão a exigir pelo menos o direito de sobreviver condignamente.

Que se somem a nós os intelectuais, os estudantes, as donas de casa, os agricultores, enfim todos os brasileiros conscientes de seu papel, para procedermos juntos o nascimento da verdadeira democracia neste País, que está a exigir de todos os desvencilhamentos do orgulho profissional e do manto protetor das instituições especializadas, que estão a exigir do povo brasileiro a consciência para os grandes problemas que hoje enfrentamos, e a vontade inquebrantável de solvê-los, definitivamente.

Digamos a todos os quadrantes deste País que foi berço de heróis e de bondade, que o povo é e será um herói anônimo, mas atuante, formador de uma nova Pátria, digna de ser legada aos nossos sucessores. Queremos um Brasil nosso, um Brasil para os brasileiros do qual possamos nos ufanar."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do MDB, se deseja fazer uso do seu horário reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Havendo declinado, consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo de Mensagem Governamental n.º 47/79, que aprova termos de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, que, com a participação de Órgãos que especifica, objetivando minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná,

...ante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

(Pausa). 30 Srs. Deputados aprovam. Nenhum Deputado rejeita.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/79, de autoria da C.C.J., oriundo de Mensagem Governamental n.º 14/79, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, que, com a intervenção de órgãos que especifica, objetiva execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, principalmente mediante a absorção de mão de obra ociosa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, autoriza a devolução de processos submetidos à consideração da C.T.C., quando independentem de deliberação do Poder Legislativo, e dá outras providências. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Balduino Wandscheer, ocorrido em Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Krause, Diretor da Sociedade Recreativa Tanguá, de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rafael Drabik, ocorrido no Município de General Carneiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências com relação à conclusão das obras de asfaltamento do acesso que liga o Distrito de Tamarana, Município de Londrina, com a Rodovia Londrina - Mauá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio do relatório e das conclusões da Comissão Especial destinada a avaliar a crise da Usina Central de Poécatu a diversas autoridades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar providências, visando a construção da nova sede para a Delegacia de Polícia do Município de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências visando a pavimentação da estrada que liga o Município de Alvorada do Sul ao de Primeiro de Maio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli,

constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse de Sua Excelência Reverendíssima Dom Domingos Gabriel Wisniewski, como Bispo da Diocese de Cornélio Procopio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Instituto Brasileiro do Café e ao Ministério de Indústria e Comércio, Ministérios da Agricultura e da Fazenda, sobre a antecipação do preço garantia previsto para 1980, para 1.º de setembro próximo. — Em discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em boa hora o eminente Deputado Renato Bueno apresenta um requerimento solicitando aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio, Presidente do IBC e Ministro da Agricultura, pedindo antecipação de preços para 1.º de setembro próximo, do café. Mas, estamos assistindo, há muito tempo, um verdadeiro absurdo e a maior injustiça que se comete com a nossa agricultura.

Não é possível, depois de todos esses abusos, desde a queima do café, da erradicação do café, quando se fala em manter o homem na zona rural, para evitar o êxodo para os grandes centros, para que as cidades não comecem a inchar e crescerem as favelas, sabemos nós de que o café é o que ofecere maior mercado de trabalho na zona rural, depois de todas as intempéries do tempo, das geadas, veio o aumento do confisco cambial, quando todos requerem, pedem e fazem um apelo ao IBC, e ao Ministro da Indústria e Comércio, para que seja extinto este confisco. Aumento ainda em mais dez dólares.

Aumentando o confisco cambial, é natural que o produtor vai receber uma importância bem mais irrisória; e depois se fala em financiar o cafeicultor, com os juros baixos. O cafeicultor nem precisa de financiamento, se não tivesse o confisco cambial, se pagassem o que era justo ele teria condições de produzir e aumentar muito mais sua produção.

Mas, de nada valem os financiamentos se, na hora da colheita, através do confisco cambial, tiram as condições do cafeicultor, possibilitando, isto sim, o aumento do contrabando para o Paraguai, quando o nosso café, em grande parte, vai para outro País, porque através deste confisco se impede que seja feita a comercialização justa e para que o produtor receba com justiça aquilo que tem direito.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, dando integral apoio ao requerimento apresentado pelo eminente Deputado Renato Bueno, cujo pedido é muito pouco para quem muito está perdendo. Está perdendo o município, porque tem o seu café às vezes estocado nas máquinas, e não vejo resultado do ICM; como alguns municípios que têm café guardado já há muito tempo. O Estado que vem impedindo também a comercialização, e principalmente nesta fase, depois de uma estiagem prolongada que nós tivemos, o café ainda fica retido esperando um melhor preço, a antecipação possibilita com que os cofres públicos possam receber aquela importância devida e circulando a moeda nacional em nosso País.

Mas, quero dar também integral apoio ao requerimento apresentado pelo Deputado Fiori Luiz, com referência aos veículos com mais de dez anos. Não vou comentar sobre a Taxa Rodoviária Única, porque o eminente Líder, Deputado Erondy Silvério, há poucos dias comentou, e com muita propriedade, quando disse que estão fazendo uma guerra contra os proprietários de carros, principalmente aqueles carros de potência menor, que hoje é uma ferramenta. O funcionário que tra-

balha, que às vezes ganha de 3 a 4 salários mínimos, precisa de um veículo, e na hora de pagar a Taxa Rodoviária Única, vai quase mais de um mês de salário.

É preciso que se tome uma providência, para que se mude um estado de coisas que vem dificultando, cada vez mais a vida do nosso povo, e principalmente na zona rural, onde é mais diretamente atingido, porque aquilo que se produz tem os intermediários, tem o confisco cambial. E na hora de adquirir os fertilizantes, na hora de adquirir os inseticidas, na hora de adquirir as máquinas, nada têm a favor deles, mas sim contra o trabalhador, contra o agricultor.

Por isso, nós reforçamos o nosso apelo, para que seja antecipado o preço do café para setembro.

Voltaremos ainda a esta Casa, para fazer um outro pronunciamento, fazendo um apelo a todos esses órgãos aqui mencionados, para que tomem uma providência, reduzindo o confisco cambial. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Câmara Federal, em Brasília, encarecendo urgência na aprovação do projeto de lei que estabelece o Receituário Agrônomo para a venda de inseticidas, herbicidas e fungicidas. – **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da PARANATUR, no sentido de que suas atenções sejam voltadas também para a cidade de Londrina, sempre esquecida em termos de turismo. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Minas e Energia, em nome dos proprietários de veículos motorizados, a não oficialização da medida, em forma de sugestão, que impede o emplacamento de carros com dez anos de uso. **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando licença para desempenhar missão sócio-econômica junto à República Popular da China, a Macau e países europeus. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que sejam reajustados os funcionários públicos a partir de 1.º de agosto. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Institutos de Terra e Cartografia do Estado e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no sentido de serem agilizadas as soluções de problemas possessórios e dominiais no Município de Terra Roxa. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes às Secretarias da Educação e do Planejamento, no sentido de esclarecer as atividades do COEMPAR, fixando seus objetivos e declinando metas concretizadas e metas a serem atingidas. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil, encarecendo providências no sentido de que seja substituído o atual Delegado do Município de

Iretama, por um Delegado de Carreira. – Em discussão – Em votação.

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento de autoria do ilustre Deputado Darcy Deitos, que pede a exoneração do atual Delegado de Polícia do Município de Iretama, ou a sua substituição por um militar, creio que Sua Excelência está cumprindo uma determinação como representante da Oposição daquele município.

No entanto, a justificativa do presente requerimento diz que pede a justificativa por ter acontecido, neste exercício de 79, nos sete meses deste ano, 11 mortes e apenas 3 pessoas foram presas em flagrante.

Porém, é um fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui ou em qualquer município, nem sempre se pode prender a todos os assassinos ou homicidas.

Creio eu que este fato não justifica o afastamento do delegado daquele município, que sendo um civil, já exerce há anos, esse cargo, e sua atuação tem sido satisfatória, porque senão, naturalmente já estaria afastado.

Se o requerimento persistir pedindo a troca de delegado, quero deixar aqui o meu posicionamento: votarei rejeitando o mesmo. Porém, se o nobre Deputado Darcy Deitos, no cumprimento de seu dever e de sua obrigação, mudar os termos do requerimento, pedindo que se efetue uma sindicância para constatar irregularidades daquela autoridade, naquele município, então não terei como rejeitar. Votarei favoravelmente se essa substituição, porque, na verdade, não queremos acobertar arbitrariedades cometidas por qualquer autoridade. Não queremos também admitir que seja exonerado alguém que cumpre com sua obrigação, dentro de suas possibilidades normais.

Deixo então registrado aqui, que se houver uma substituição de termos, aprovarei. Caso contrário, votarei pela rejeição do requerimento de autoria do nobre Deputado Darcy Deitos.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. ANTÔNIO FACCI – (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O presente requerimento, de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, que solicita ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado a substituição do Delegado de Polícia do Município de Iretama, Sr. Napoleão Batista Sobrinho, por um Delegado de Carreira, como diz em seu requerimento, é, sem dúvida e para aqueles que acompanham os trabalhos desta Casa há mais tempo, e tiveram a honra, como eu tive, de pertencer à Oitava Legislatura, repetição de um requerimento de minha autoria, datado de 02 de março de 1978, que dizia exatamente o seguinte: “O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, officie-se ao Sr. Secretário da Segurança Pública de nosso Estado, solicitando providências no sentido de substituir o atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama, por elemento pertencente ao Quadro Próprio da Secretaria de Segurança”.

Este requerimento, firmei baseado em solicitações de amigos nossos e de Vereadores do Município de Iretama que, a todo momento, denunciavam a este Deputado, a falta de ação do aparelho policial daquele município.

Tivemos já, naquela oportunidade, em 1978, conforme consta na página 09 do Diário da Assembléia, a solicitação por parte do Deputado Augusto Carneiro, a solicitação para discutir o requerimento que ficou assim adiado.

No dia 03, página 02, também do Diário da Assembléia, a Liderança do Governo nesta Casa fazia novamente, solicitação de verificação de votação, para assim adiar a votação do requerimento. Dia 03, sendo uma sexta-feira, o requerimento voltou à discussão, dia 06 de março. Consta isso na página 10 do Diário da Assembléia, do dia 06 de março. Também, novamente a Arena, por sua Liderança, solicita o adiamento de discussão e assim por diante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que no dia 16 de março, portanto 14 dias após a apresentação deste requerimento, nós tivemos a oportunidade de vê-lo aprovado por unanimidade.

É bom que se diga. Não posso e não me ative a esse detalhe; não posso afirmar se o Deputado Augusto Carneiro estava em plenário naquela oportunidade, dia 16 de março de 1.978, mas é fácil de se verificar, porque consta na página 10 do Diário da Assembléia desse mesmo dia.

Se estava, votou favoravelmente naquela oportunidade o Deputado Augusto Carneiro, depois de tramitar nesta Casa por 14 dias um requerimento solicitando o afastamento do delegado.

Nós não estivemos nesta tribuna e nem na justificativa do requerimento, a acusar o cidadão Napoleão Batista Sobrinho, ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama de qualquer irregularidade, a não ser o fato de sua inércia no exercício do poder, da sua falta de atenção para com os casos de violência que acontecem naquele município. Há onze anos, me parece, ocupando o cargo de delegado, sem remuneração. Porque a insistência de se manter no cargo de delegado de polícia, civis que não pertençam ao Quadro Oficial da Secretaria de Segurança Pública, a não ser por interesse eminentemente político, para que este delegado, em véspera de eleição, pressione os homens que trabalham para a Oposição em nosso Estado.

Não podemos admitir e nem nos calar, porque, se esta luta agora abraçada pelo nobre Deputado Darcy Deitos, que vem para esta Casa com mais votos no Município de Iretama do que este Deputado, pois ele fez perto de 600 votos, e eu perto de 500, apenas.

Iniciativa válida do Deputado Darcy Deitos, prosseguindo numa luta que iniciamos e que estamos aqui para corroborar. Naquela oportunidade, em 78, eu me lembro, os Deputados da Aliança Renovadora Nacional diziam que a Secretaria de Segurança não dispunha de elementos à disposição e em número suficiente para atender a todos os municípios do nosso Estado.

Veio para cá depois, uma mensagem do Sr. Governador do Estado, mensagem esta transformada na Lei nº 6.953, de 18/11/77, aliás, foi antes. E, já dizia no meu requerimento, que com a aprovação desta lei, ampliando o quadro do pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, tinha perfeitas condições, a Secretaria de Segurança, de dotar ao menos as sedes municipais com Delegado de Polícia de Carreira, todos eles Bacharéis em Direito, com condições seguras, a não ser por falhas pessoais que não cabe, neste momento avaliar, de conduzir o serviço de segurança em nosso Estado.

Mas, persiste, como já disse, o sistema implantado neste Estado, de comando político, e é mais interessante para os homens que detêm o comando político dos municípios manter civis não remunerados, e só aí cheira a corrupção, porque, como pode um homem trabalhar de graça há 11 anos, sem poder participar e dedicar-se às suas atividades particulares, arriscando a vida, muitas vezes, tendo dificuldade para ir atrás de criminosos, tendo dificuldades, e a sua família, — e eu a conheço, — sempre a pedir: pai, deixe disso, o Senhor trabalha de graça. Mas eu sou amigo do Deputado e ele pede para permanecer.

Ora, Sr. Deputado Augusto Carneiro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que se está fazendo neste Paraná e especificamente no Município de Iretama, onde tem razão o Deputado

Darcy Deitos, os crimes estão ocorrendo com muita frequência, e as responsabilidades não têm sido apuradas, é uma verdadeira barbaridade.

Seria até de nós, aqui desta tribuna, chamar à responsabilidade aqueles que mantêm este estado de coisas em nossos municípios do interior, como co-responsáveis pelos crimes que lá acontecem. E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que como apresentei o requerimento e lutei por ele em 78, volto a esta tribuna para dizer, meus parabéns, Deputado Darcy, Vossa Excelência apresentou hoje um requerimento que está realmente e vem de encontro aos anseios da comunidade de Iretama, e terá o meu voto favorável.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos levou a apresentar este requerimento em que solicitamos a substituição do Delegado do Município de Iretama, Napoleão Batista Sobrinho por um delegado de carreira, foi, entre outras cartas que recebemos daquela comunidade, uma que diz o seguinte:

"Iretama, 26 de junho de 1979.

Ilustríssimo Sr. Deputado Estadual Darcy Deitos
Curitiba - Paraná.

O motivo desta é solicitar-lhe que se manifeste em favor da segurança da nossa cidade e município, intervindo na substituição do atual Delegado.

As razões que me levam a fazer tal pedido, prendem-se ao fato de que o atual Delegado, Napoleão Batista Sobrinho, estar exercendo esta função já há quase oito anos, e em virtude de sua falta de lisura e de corresponder com o devido cumprimento da lei, vem colocando a população, principalmente na cidade, em apreensão pelo que tem acontecido ultimamente.

Para que o nobre Deputado tenha uma idéia, somente nos últimos seis meses aconteceram onze crimes em nosso município, dos quais, três criminosos foram presos e estão respondendo perante a Lei. O que mais chocou a população recentemente, foi o crime ocorrido no centro da cidade, quando o autor do crime, Vicente Camargo, residente no Município de Pitanga, assassinou o conhecido na sede de Iretama, Sr. Manoel Reireiro, evadindo-se em seguida. O Delegado nem sequer procurou apurar os fatos, quando interpelaram o amigo do assassino, vulgo "Zé Elias", também residente em Pitanga, que mais tarde, em visita a Iretama, vinha a ser assassinado por companheiros da vítima anterior. Atualmente, necessita-se de um maior número de policiais, para proporcionar a devida segurança à população. Como também, a presença de um delegado que possa impor o devido respeito, e não compactuar com foragidos, como é o tal delegado.

Estou certo que teremos do nobre Deputado, pronunciamentos e breves notícias a respeito, para que possa a comunidade de Iretama, confirmar sempre que for necessário, quando aqui estiver.

Tenho a certeza que o caso será resolvido a contento de todos".

Deixo de dizer o nome da pessoa que me remeteu a carta, por uma questão de segurança desta mesma pessoa. E, nas justificativas que fizemos deste requerimento, não fizemos o relato completo desta missiva, porque procuramos nas justificativas apresentadas, não se ater por um espírito de ética parlamentar, mas a sugestão apresentada pelo eminente Deputado Augusto Carneiro, que também representa o Município de Iretama aqui nesta Casa, que diz que este requerimento poderia ser modificado em uma sindicância para ser apurados os fatos.

Mas, o eminente Deputado Augusto Carneiro, deve ter

acompanhado pelos jornais da última semana que, inclusive, o atual Presidente da República, Gal. João Batista Figueiredo, através dos jornais, ter se pronunciado a respeito de que ele próprio não confia em inquéritos e sindicâncias feitos nas Delegacias de Polícia desta Nação, porque, entre 260 e tantas sindicâncias e inquéritos formalizados, apenas quatro foram confirmados e responsabilizados.

Então, eminente Deputado Augusto Carneiro, fico entre a cruz e a espada, para dizer se vamos transformar este requerimento em substituição ou em sindicância. Será que esta sindicância, realmente, irá apurar os fatos como este citado aqui por esta missiva? Será? Porque quero que fique bem claro, não temos nada em particular contra a pessoa deste Delegado de Iretama nem contra nenhum Delegado, mas a segurança do nosso Estado é um fato concreto, e se medidas como essas solicitadas não forem tomadas, poderão se repetir fatos como o ocorrido na cidade de Toledo, onde policiais sem o devido preparo, que têm por obrigação de manter a ordem e o bem-estar público, são os primeiros a sacarem armas e agredirem a população com armas de fogo.

Então, eu não sei se nós transformaríamos este requerimento em sindicância. Será que realmente iria resolver o problema? Haja visto que já temos um requerimento aprovado aqui por esta Casa, para que este Delegado já tivesse sido substituído. Está há mais de oito anos no cargo, já prestou relevantes serviços ao Estado, inclusive nada recebe.

Acho que era hora de Iretama, que é um município pujante, com 45 mil habitantes, entre seu perímetro urbano e sua área rural, já ser merecedor de ter uma segurança devida, para que, aquela gente, tão lutadora para o progresso do Estado, tenha a paz necessária para que continue progredindo e planejando, para que este Estado seja realmente um Estado que todos nós almejamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É oportuna a ocasião para que façamos um paralelo entre as atribuições neste Parlamento, da representação dos líderes arenistas e dos líderes emedebistas.

Quantas vezes nós, representantes da Arena, somos acusados e aí, através do chamado comando político, a ter que exercer a sua liderança por um chamado popular de seus representantes. O que é válido para a Arena é válido para o MDB; a recíproca é verdadeira: o que para eles é válido, para nós também deve ser válido.

Contudo, é válido de per si e a cada vez que por eles é solicitado, a seu modo. Assim hoje, nada mais vemos do que a tentativa de um Deputado do MDB exercer o comando político.

Ao tentar atingir um profissional, um Delegado de Polícia, no caso, através de sua representação nesta Casa, pedindo já de início e de uma só vez, sem pretender averiguação da veracidade dos fatos, a substituição; e no decorrer do encaminhamento do seu pedido, disse com clareza, do verdadeiro abnegado que é este servidor, que há tantos e tantos anos, gratuitamente, vem prestando serviços àquela comunidade.

Contudo, agora por uma denúncia que sequer teve a coragem de assinar o seu autor, na carta que aqui, diante deste Parlamento, nós recebemos como anônima, sem portanto merecer o acatamento da Casa, vem o nobre companheiro desta Casa de Leis, pretender exercer o comando político através da Oposição.

Se não é válido para a Situação, também não é válido para a Oposição. Assim é, Sr. Presidente, que eu declaro meu voto solidário à manifestação, esta sim, coerente, do Deputado

Augusto Carneiro, e vamos através da representação popular, que é devida aos dois Partidos desta Casa, fazer o levantamento da veracidade dos fatos. E aí sim, dedicarmos da substituição ou não do Delegado de Polícia do Município de Iretama.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação.

Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere. (Procede à verificação de votação).

7 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Direção da SANEPAR, em forma de pedido de informações, sobre quais os compromissos assumidos com a expansão da rede de água e esgoto, quando assumiu o S.A.S. em Londrina. Encerrada a discussão.

A Mesa anuncia, com muita satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, em visita a esta Casa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/79.
1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 59, 60, 61 e 62/79.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 576/79

revogar a Portaria n.º 563/79, de 17 de julho de 1979, que retificou a Portaria n.º 550/79, que concedeu à funcionária ALINE CABEZON, ora à disposição deste Poder, a gratificação correspondente a 16,67% (dezesseis, sessenta e sete por cento) sobre seus vencimentos.

PORTARIA N.º 577/79

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula n.º 574, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 578/79

conceder à funcionária IGNES DE OLIVEIRA, matrícula n.º 246, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte e um (21) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 28 de julho de 1979, em prorrogação.

PORTARIA N.º 579/79

designar MARIA DOLORES DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

PORTARIA N.º 580/79

autorizar LAIS DALL'STELLA SCHMIDT, ora à disposição

deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, de acordo com o Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, conforme solicitação do Gabinete do Deputado Nelson Buffara, no período compreendido entre 1.º de julho a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 581/79

designar os funcionários abaixo relacionados, todos Contratados deste Poder, para prestarem serviços conforme especifica:

SUELY BELO COELHO
Departamento Administrativo
WILSON PENKA
Departamento de Pessoal
JOSÉ OSVAIR RODRIGUES
Departamento Administrativo

PORTARIA N.º 582/79

designar ENÉAS MANSUR, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, no período compreendido entre 1.º de abril a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 583/79

conceder à funcionária MYRIAM CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula n.º 439/79, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.979, a partir de 06 de agosto de 1.979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de agosto de 1.979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral